



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



PRÉDIO ESCOLAR JOSÉ DA SILVA CORREIA



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



PRÉDIO ESCOLAR JOSÉ DA SILVA CORREIA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

PRÉDIO ESCOLAR JOSÉ DA SILVA CORREIA
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETORA ESCOLAR

Michelle da Silva Fonseca

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Elisângela Nunes da Silva Carvalho

Marilene Neris Dos Santos

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1.1 Perfil identitário
 - 1.1.1 Visão
 - 1.1.2 Missão
 - 1.1.3 Valores
 - 1.1.4 Características
- 1.2 Linha do Tempo: História Institucional
- 1.3 Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

- 2.1 Conceção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura;
- 2.2 Conceção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;
- 2.3 Conceção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;
- 2.4 Conceção de Currículo
 - 2.4.1 Fundamentos do Currículo;
 - 2.4.2 Princípios do Currículo.
- 2.5. Conceção de Gestão Democrática
- 2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica
 - 2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico
 - 2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo
 - 2.6.3. O Respeito à Diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 3.1. O Planejamento Pedagógico
- 3.2. A Avaliação Para a Aprendizagem
- 3.3. Os Temas Integradores
- 3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

4. ETAPAS DO ENSINO

- 4.1. Educação Infantil
 - 4.1.1. Creche
 - 4.1.2. Pré-Escola
- 4.2. Ensino Fundamental

- 4.2.1. Anos Iniciais
- 4.2.2. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada
- 4.2.3. Transição da Creche para a Pré-Escola
- 4.2.4. Transição da Pré-Escola para o 1º Ano
- 4.2.5. Transição do 2º para o 3º Ano
- 4.2.6. Transição do 5º para o 6º Ano

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

- 5.1. A Política da Educação Inclusiva
 - 5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva
 - 5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva
 - 5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva
 - 5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.2. A Política de Educação do/no Campo
 - 5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo
 - 5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do/no Campo
 - 5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo
 - 5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.3. A Política Da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.2. Princípios Orientadores da Educação de Jovens e Adultos
 - 5.3.3. Diretrizes e Indicadores da Avaliação
- 5.4. A Política da Inovação Tecnológica
 - 5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica
 - 5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica
 - 5.4.3. Diretrizes e Inovação Tecnológica
 - 5.4.4. Diretrizes e indicadores de Avaliação
- 5.5. A Política de Assistência Estudantil
 - 5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil
 - 5.5.2. Princípios Orientadores da Assistência Estudantil
 - 5.5.3. Diretrizes da Assistência Estudantil
- 5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores
 - 5.6.1. Concepção/Princípios/Diretrizes da Formação Continuada

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção/Princípios/Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção/ Aspectos Teórico-Methodológicos dos Processos/Diretrizes de Avaliação do PPP

6.2. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Prédio Escolar José da Silva Correia

ENDEREÇO: Fazenda Queimadinha, S/N,

CEP: 44673-899 **MUNICÍPIO:** Anguera – Bahia

LOCALIZAÇÃO: Zona Rural **E-MAIL:** escolajosedasilva22@gmail.com

TELEFONE: (75) 3239-6505

CÓDIGO INEP: 29090237

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS:

Educação do Campo

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial Inclusiva

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: Classes Multisseriadas**INFORMAÇÕES GERAIS DO ANO LETIVO DE 2022:****Nº DE TURMAS: 03****Nº DE ALUNOS: 41****DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS E ALUNOS (2022):**

TURNO	ETAPA OU MODALIDADE	QUANT. DE ALUNOS	COMPOSIÇÃO				
			GRUPO 03	GRUPO 04	GRUPO 05		
MATUTINO	Educação Infantil	09	02		06		01
			1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
VESPERTINO	Ensino Fundamental - Anos Iniciais	15	03	03	04	01	04
			1º/2º ANO		3º ANO	4º/5º ANO	
NOTURNO	Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais	17	14		01	02	
			TOTAL DE ALUNOS		41		

Fonte: Sistema Informatizado de Matrícula Escolar da Rede Municipal**Nota Técnica:** 01 aluno da EJA se matriculou na escola após fechamento do Censo Escolar**QUADRO DE PROFISSIONAIS (2022):**

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
<i>Elisângela N. Silva</i>	<i>Professor</i>	<i>Licenciatura em Pedagogia</i>
<i>Marilene Neris dos Santos</i>	<i>Professor</i>	<i>Licenciatura em Pedagogia</i>
<i>Michele da Silva Fonseca</i>	<i>Auxiliar Administrativo</i>	<i>Ensino Médio</i>
<i>Luciene de Oliveira C. Silva</i>	<i>Merendeira</i>	<i>Ensino Médio</i>
<i>Sueli Gonçalves Franco</i>	<i>Aux. de Serviços Gerais</i>	<i>Ensino Fundamental Incompleto</i>

1.1. Perfil Identitário

1.1.1. Visão

O Prédio Escolar José da Silva Correia se constitui como um espaço educativo de interação e transformação social, possibilitando a construção de aprendizagens, o desenvolvimento cultural e humano, vivências de atitudes comportamentais, sempre respeitando a diversidade e o cotidiano dos alunos.

1.1.2. Missão

A referida escola tem a missão promover o ensino e a aprendizagem convergindo para a consolidação das habilidades cognitivas e das competências socioemocionais previstas no currículo, contribuindo assim com a formação educacional dos indivíduos e, conseqüentemente, com o desenvolvimento social e humano.

1.1.3. Valores

Como valores que norteiam esta instituição, destacam-se: promoção da educação pública de qualidade como direito do cidadão;

- ✓ Valorização da cultura local; respeito às diferenças;
- ✓ Promoção do ensino e da aprendizagem em consonância com a prática pedagógica que norteia a instituição;
- ✓ Aprimoramentos com vistas à formação integral do ser humano;
- ✓ Observância aos princípios éticos e legais da educação; vivência da gestão democrática;
- ✓ Incentivo às inovações vivenciadas na sociedade contemporânea.

1.1.4. Características

É uma escola de pequeno porte que acolhe crianças e adultos residentes nas localidades de Queimadinha, Cajueiro, Passarinho, Nova Brasília e Varginha, possibilitando-os o acesso aos estudos no próprio meio em que vive, sem que haja deslocamento para a cidade. Nesse contexto, evidencia-se a experiência da educação do/no campo.

Em função do 'pequeno' número de alunos matriculados, e da estrutura física 'diminuta', a organização das turmas se dá no formato multisseriado,

dentro das etapas da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como dentro da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As localidades atendidas pela escola são habitadas por famílias que desenvolvem a pequena agricultura de subsistência, onde agricultores produzem para o próprio consumo, destacando-se o feijão como principal alimento da colheita, e o milho.

Como fonte de trabalho e renda da maioria dos pais, mães ou responsáveis pelos alunos, destacam-se: o trabalho na agricultura de subsistência, diaristas em propriedades rurais, pequenos criatórios de animais e há casos de famílias que sobrevivem da aposentadoria de algum de seus membros.

Durante a elaboração deste PPP, na etapa de diagnóstico, foram aplicados questionários com uma amostra de 20% dos pais ou responsáveis das crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em número real absoluto, 5/24. Desse quantitativo, **80% informaram que exercem a profissão de lavrador.**

Característico da comunidade, grande número de jovens, bem como pais de famílias, vão embora para cidades grandes em busca de trabalho no mercado formal.

Não há conhecimento sobre a existência de crianças com idade de 03 a 10 anos fora da escola. Houve uma situação em que, na divisa com o município de Feira de Santana, nas proximidades da localidade de Varginha, uma escola pertencente ao município vizinho deixou de funcionar e um total de nove crianças migrou para o Prédio Escolar José da Silva Correia. A localidade de Varginha, especificamente, fica situada no limite entre o município de Anguera e o Distrito de Jaguará, que pertence a Feira de Santana.

A região possui acesso em estrada vicinal de boa conservação para a cidade de Anguera e para a Estrada do Feijão (BA 052).

As atividades culturais observadas na abrangência destas localidades são as cavalgadas organizadas pelo próprio pessoal da comunidade. Em nível dos

moradores, observam-se algumas tradições foram se perdendo com o tempo e com a chegada da tecnologia, como a bata de feijão.

O Prédio Escolar José da Silva Correia tem gestão administrativa e pedagógica diretamente ligada à Secretaria Municipal de Educação. Isso ocorre pelo fato de que a política de gestão da Secretaria de Educação para as escolas de pequeno porte localizadas no campo se dá com a nucleação por regiões, sendo que atualmente existem três (03) Núcleos Regionalizados; no entanto, em termos de localização, este prédio escolar está distante de todas as três áreas que possuem a nucleação definida. Em função dessa realidade, a Secretária Municipal de Educação decidiu por assumir de forma direta a gestão da escola.

Essa colocação, dando conta do atrelamento da escola à Secretaria de Educação, ocorre em termos de organograma, no sentido de afirmar que se trata de uma escola de pequeno porte não nucleada. Isso não quer dizer que a gestão democrática deixe de acontecer. Pelo contrário, ocorre sim. Na política de gestão da escola, o Conselho Escolar se destaca como um órgão participativo, por onde são encaminhadas sugestões e deliberações inerentes à unidade escolar.

A gestão administrativa da escola tem à frente um Profissional da Educação designado pela Secretaria Municipal de Educação, ocupante do Cargo Comissionado.

Por sua vez, a Gestão Pedagógica é feita pelos Supervisores Pedagógicos atuantes na Rede Municipal, em suas respectivas etapas de ensino ou modalidades. Considerando o fluxo do Ano Letivo de 2022, a escola conta com a atuação, ou cobertura, de 04 Supervisores Pedagógicos, especificamente: um (01) da Educação Infantil; um (01) do Ciclo da Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; um (01) do Ciclo Complementar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; e um (01) da Educação de Jovens e Adultos. Cada supervisor se responsabiliza em ministrar o AC com os Professores, em suas respectivas etapas/modalidades do ensino, sendo também responsáveis em acompanhar a avanço da aprendizagem dos alunos.

O Conselho Escolar foi criado no dia 12 de dezembro de 2022 tendo composição consoante às representações orientadas no artigo 4º da Portaria SEC Nº 15/2011. Esse primeiro mandato terá duração de 02 anos, e tem a seguinte composição:

- ✓ **MEMBRO NATO:**
Michele da Silva Fonseca

- ✓ **REPRESENTANTES DOS PROFESSORES:**
Titular: Elisangela Nunes da Silva Carvalho
Suplente: Marilene Neris dos Santos

- ✓ **REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE APOIO:**
Titular: Luciene Oliveira Correia Silva
Suplente: Sueli Gonçalves Franco Silva

- ✓ **REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS:**
Titular: Edmilson da Silva Serra
Suplente: Nilson Silva Fonseca

- ✓ **REPRESENTANTES DOS ALUNOS:**
Titular: Lucivania Alves dos Santos
Suplente: Simone Neris Silva

- ✓ **REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL:**
Titular: Samara Reis da Silva
Suplente: João Márcio Souza Ferreira

As tomadas de decisões sobre o funcionamento da escola, muitas das relações nela estabelecidas, a elaboração e o acompanhamento do Plano de Ação, entre outras iniciativas do cotidiano, são adotadas a partir do diálogo entre o membro nato do Conselho Escolar em articulação de diálogo com os demais membros, geralmente tendo a participação da Supervisão Pedagógica, sendo submetidas aos setores diretos da Secretaria de Educação, para apreciação e possível validação, perante respaldo legal.

Em termos de recursos financeiros, a escola não possui. Todo material que recebe, assim como os recursos pedagógicos e de apoio ao ensino, se destina da entidade mantenedora, a Prefeitura Municipal de Anguera, através do Fundo Municipal de Educação.

Em sua estrutura física, a escola compreende :

- ✓ 01 (um) pátio de entrada
- ✓ 01 (uma) sala de aula
- ✓ 01 (uma) cozinha
- ✓ 01 (um) sanitário de uso masculino
- ✓ 01 (um) sanitário de uso feminino
- ✓ 01 (uma) área cimentada para atividades de recreação

1.2. Linha do Tempo: História Institucional

A Senhora Luiza da Silva Fonseca, residente da comunidade de Queimadinha, filha do patrono da escola, informou que a construção do Prédio ocorreu em uma das gestões do Ex-Prefeito Armando Sophia Brandão.

As primeiras professoras da escola, segundo informação prestada por moradores da comunidade entrevistados durante a fase de diagnóstico para a elaboração desse PPP, foram: Prof^a Maria Angélica dos Santos, Prof^a Dionisia Pereira Correia e Prof^a Cristina Figueredo Gonçalves, essa última substituta.

José da Silva Correia foi homenageado como patrono da escola em razão de ter doador o terreno para que o prédio fosse erguido. O pedido foi feito pelo então Prefeito Armando Sophia Brandão, para a esposa do Senhor José, a Senhora Umbelina de Aragão Correia. Segundo familiares entrevistados, o ex-prefeito alegou que “o ensino ficaria perto da casa dos moradores”. Conforme depoimento de Luiza da Silva Fonseca, uma das filhas do patrono, a doação foi feita com o acerto de que “uma pessoa da família iria trabalhar no prédio como funcionária”. Após esse “compromisso”, a construção foi iniciada.

No ano de 2014 a escola teve seu funcionamento paralisado, por não alcançar número satisfatório de crianças de séries correlatas para formar turma de maneira a evitar ou diminuir o ensino multisseriado. Foi um momento em que a Secretaria de Educação intensificou uma política de diminuição das turmas multisseriadas na Rede Municipal. Nesse ano, os Núcleos formados pelas escolas de pequeno porte localizadas na zona rural foram redimensionados de quatro (04) para três (03). Nessa nova organização, o Prédio Escolar José da Silva Correia não funcionou a partir desse ano letivo. A decisão foi tomada após o período de matrícula escolar. A diminuição de

turmas multisseriadas já vinha ocorrendo, de forma gradativa, na Rede Municipal. Entre os anos de 2009 até 2012 eram cinco (05) Núcleos escolares na zona rural.

Com a paralisação das atividades, as crianças residentes na região tiveram matrícula encaminhada para a Escola Municipal Érico Sophia Brandão, na sede do município.

A escassez de alunos em quantidade ideal para formar turmas com seriação independente tem sido o maior desafio enfrentado pela escola ao longo dos anos. Além desse, a dificuldade com o abastecimento de água, que na época anterior era feita através de carro-pipa, foi sanada agora em 2022 com a ligação da água oriunda do sistema de abastecimento já existente na comunidade.

No momento atual, nessa nova fase da escola, após reabertura, requer a ampliação, tornando-se muito importante a construção de mais uma (01) sala de aula. Essa conquista iria fragmentar as turmas multisseriadas, apesar de que continuariam existindo. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, por exemplo, ao invés de formar uma única turma reunindo alunos do 1º ao 5º Ano, ocorreria a fragmentação em duas turmas, sendo uma de 1º e 2º Anos, reunindo crianças do Ciclo de Alfabetização, e outra de 3º ao 5º Ano, com crianças do Ciclo Complementar.

Como alternativa, caso não seja viável a construção da nova sala de aula, sugere-se que a turma de 1º ao 5º Ano passe a contar com mais um Professor, em caráter Auxiliar, que venha a contribuir com o desenvolvimento do planejamento de aula e com a condução do processo de ensino e aprendizagem em sala de aula, dedicando-se a um grupo de crianças do mesmo ciclo, e com o desafio de manter a interação necessária com o todo.

Emerge como outro desafio, relacionado ao momento atual, a carência por recursos tecnológicos na escola, para uso a favor da aprendizagem.

Quanto à linha histórica do currículo escolar, um grande desafio, nessa nova fase, será romper o ensino sistêmico voltado ao conteudismo, marca tradicional do processo de ensino e aprendizagem, sensibilizando a comunidade escolar para os desafios adivinhos do Documento Curricular

Referencial Municipal (DCRM), que propõe a formação integral do aluno, e, de forma conciliatória com a realidade da escola, sugere uma prática voltada à modalidade da Educação do Campo, visto a promoção da aprendizagem significativa aos alunos por considerar o habitat deles

1.3 Avaliação Institucional

Culturalmente, a escola em muito avalia seus alunos. Porém, no sentido mais amplo da palavra “avaliação”, no tocante ao contexto escolar, surge nesse meandro a ‘avaliação institucional’.

Pode-se compreender a avaliação institucional como sendo um olhar sobre os diversos aspectos da escola. Ela, a escola, que tanto avalia, através da ‘avaliação diagnóstica’, também é avaliada. Essa prática faz parte dos princípios da gestão democrática da escola.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, referindo-se à avaliação institucional voltada à Educação Infantil, define:

Esta avaliação constitui-se como um espaço de discussão visando melhoria da unidade escolar no sentido de conhecer, entender e se comprometer com as mudanças necessárias, a partir do planejamento e organização de um plano de ação que se efetive numa gestão de fato democrática e que permita aperfeiçoar a qualidade da educação oferecida pela instituição. DCRM, Pág. 78

Ao tratar do Ensino Fundamental, o DCRM defende, assim, a importância da avaliação institucional:

[...] precisa acontecer de forma plena onde todos se sintam à vontade para que esse momento não gere desconforto. [...] é de extrema importância a participação de todos. [...] a partir da Avaliação Institucional é que a instituição poderá traçar metas e estratégias para garantir um ensino de qualidade para seus alunos, um espaço propício à aprendizagem e que seja acolhedor para os profissionais que atuam nela. DCRM Pág. 112

Interpretando-as, percebe-se que ambas as citações extrapolam os limites de cada etapa de ensino, e na verdade se acentuam perfeitamente na instituição escola em qualquer que seja etapa ou mesmo modalidade de ensino.

O Prédio Escolar José da Silva Correia insere em sua pauta a necessidade pela avaliação institucional, e propõe, entre outros instrumentos: aplicação de questionários de autoavaliação com docentes e profissionais das áreas pedagógicas, de gestão e de apoio; participação nas edições do Sistema

de Avaliação da Aprendizagem (SIGA), organizado pela Secretaria Municipal de Educação, e posteriormente reflexão dos dados sistematizados; aplicação dos itens sugeridos pelos Indicadores de Qualidade da Educação Básica (Ministério da Educação, 2009), ou similares, através da alimentação e acompanhamento do Plano de Ação da Escola; entre outros instrumentos aplicáveis por meio da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e do Ministério da Educação.

A avaliação institucional rompe o tabu que apenas o aluno é avaliado na escola. Aliás, a avaliação da aprendizagem do aluno ganha mais sentido quando também utilizada para refletir as condições oferecidas pela escola, as práticas, ou seja, quando gera uma autoavaliação.

A avaliação só fará sentido se auxiliar o desenvolvimento tanto do aluno como da escola e, principalmente, do processo que acontece entre eles, ambos, escola e alunos, querendo crescer. Da escola fazem parte os conteúdos, os professores, as metodologias, as técnicas e as intervenções. Almeida, Peçanha de (Pag.13).

As nove (09) crianças matriculadas na Educação Infantil, no turno Matutino, estão em grupos cumprindo rigorosamente a Data de Corte, ou seja, na série equivalente à idade. No turno Vespertino, entre as quinze (15) crianças, o quantitativo de quatro (04) apresenta distorção idade x série contabilizada a partir de um (01) ano em defasagem, representando um percentual aproximado de 26,7%. Para cada série, a distorção é:

- 01 criança do 1º Ano;
- 01 do 3º Ano;
- 01 do 4º Ano;
- 01 do 5º Ano.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, sociedade e cultura;

O **SER HUMANO** é entendido como sujeito de aprendizagens, capaz de modificar e transformar o meio social. Novos conhecimentos, experiências e as relações mantidas são fatores que dão ao ser humano a condição de agente transformador da realidade. O desenvolvimento de competências torna o ser humano autônomo, oferecendo a condição de agir sozinho ou em grupo.

A escola necessita empreender esforços no sentido de se capacitar para oferecer a formação integral ao aluno, rompendo o ensino baseado no conteudismo e passando a compreender que o aluno é um ser em formação para atuar frente aos desafios da sociedade.

É impreterível o desenvolvimento da criatividade, da criticidade, do raciocínio lógico, favorecendo a autonomia e a segurança do sujeito, que estará fazendo parte de uma sociedade mais digna, pois será um agente transformador da realidade e não apenas seu integrante.
Paula, Jairo de (Pag.167)

Os conhecimentos prévios que a criança traz da família e do meio em que vive, bem como o repertório com as experiências de vida que os adultos reúnem, são elementos que oferecem estímulos para a troca de experiências, incentivo a novas descobertas e consolidação de aprendizagens. A escola deve se atentar para esse rico potencial a fins de valorizar e promover a aprendizagem significativa, despertar o prazer e a motivação no aluno, bem como exercer uma prática pedagógica que utiliza os diversos saberes como conhecimento prévio para introduzir, trabalhar e consolidar novos saberes.

Nos dias atuais a **SOCIEDADE** avança na busca pela conquista de direitos, respeito à diversidade, valorização cultural, em avanços científicos e tecnológicos, na interação da comunicação e no enfrentamento aos desafios econômicos que ao longo da história gera desigualdades sociais.

Por vezes a sociedade, em detrimento do ser, valoriza mais o ter. A escola é uma instituição que precisa romper essa visão a partir do exercício da democratização não só do acesso ao ensino, mas também aos instrumentos de aprendizagem, bem como através do cumprimento do seu papel em formar agentes transformadores da realidade social. Esta sociedade mesmo diante uma gama de informações, não garante a todos os indivíduos acesso ao conhecimento, gerando desigualdades. Diante dessa realidade vista, surge uma preocupação em relação à promoção da educação de forma a cumprir direitos exercitando os deveres. Neste sentido, pensa-se em uma educação que não apenas permita ao sujeito acesso ao conhecimento, à participação, mas principalmente propicie condições para que esse construa a sua cidadania.

Neste caminhar, a escola não pode fugir da escalada. Ela é a instituição responsável em reconhecer todo esse movimento de mundo e proporcionar instrumentos que capacite o sujeito aos desafios. Cabe à escola, a partir da consciência sobre seu papel, prezar pela garantia dos direitos de aprendizagens, zelar pela formação integral do aluno e, enfim, prepará-lo para os desafios que encontrarão na sua jornada.

A escola precisa deixar de ser local onde se vai ensinar para ser local onde se vai aprender... Aprender é um processo contínuo e inquietante de transformação... Caminhar, viver e trocar experiências, exercitar caminhos alternativos do pensamento, viver a emoção de descobrir e redescobrir, de descobrir-se e redescobrir-se... Aprender precisa motivar a curiosidade, o prazer de se sentir livre. Freire, José Carlos Serrano (pag.162)

A cidadania é o exercício pleno que o ser humano faz dos seus direitos, e para fazer melhor, deve ser dotado de conhecimento, ter visão de mundo e disposição para agir. A escola promove e estimula essas características a partir da alfabetização acompanhada pelo letramento, da prática que incentiva a reflexão de ideias, o raciocínio e o pensamento lógico, do autoconhecimento da tomada de decisões.

As desigualdades sociais exercem forte influência negativa no tocante à promoção da educação como direito. A escola acessível aos alunos das localidades de Queimadinha, Cajueiro, Passarinho, Nova Brasília e Varjinha deve e precisa ser de qualidade, orgulhar-se da sua modalidade campestre e fazer acontecer pelos meios disponíveis, e com os recursos disponíveis, a consolidação da aprendizagem em nível satisfatório. A luta por conquistas de novos direitos deve caminhar lado a lado com o ato de promover a educação de qualidade os instrumentos e recursos existentes no momento.

Tanto na Educação Infantil, quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o currículo da escola contempla uma parte diversidade com características locais e regionais, onde devem se acentuar atividades de valorização da cultura e da diversidade humana. Ressalta-se que o debate sobre a cultura e a diversidade humana atravessa o currículo, ou seja, está integrado a todos os componentes curriculares ofertados pela escola. Caberá ao professor identificar o momento ideal para abordar esse contexto. O ato de planejar requer talento para idealizar interações favoráveis à aprendizagem, consoante aos objetos de

conhecimento a serem trabalhados, bem como a sintonia com as competências e habilidades.

A escola entende a **CULTURA** como um conjunto de hábitos, costumes, fatos históricos e manifestações diversas presentes na comunidade ao longo dos anos. São saberes populares, conhecimentos de vida que devem oferecer lastros para que, a partir destas experiências, a escola introduza as habilidades curriculares, exercitando o diálogo entre saberes. As manifestações da cultura local, sendo explorados, tornam-se conhecimentos prévios para escola na introdução dos saberes científicos. E assim, a aprendizagem se torna significativa. Como fazer isso no chão da sala de aula? – Como dicas: a aplicação de sequências didáticas, aulas de campo (fora do ambiente escolar), desenvolvimento de projetos pedagógicos e outras metodologias de acesso a conhecimentos da comunidade local.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;

Um espaço de interação e transformação social, que possibilite a aprendizagem, o desenvolvimento cultural, que trabalhe um currículo diversificado, mas respeitando o cotidiano dos que ali vivenciam, na construção da identidade da escola que os acolham, que se identifiquem e dialoguem.

Diante das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular, e de forma correlata pelo Documento Curricular Referencial da Bahia e pelo Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera, o ensino promovido na escola deve contemplar a formação integral do aluno. Isso quer dizer que a escola deve proporcionar aprendizagens cognitivas, através da consolidação das habilidades previstas para os componentes curriculares, como também preocupar-se com as competências socioemocionais, as atitudes, a formação do ser para agir na transformação da sociedade, e ainda contemplar no planejamento de aula a interação entre os objetos do conhecimento com os mais diversos temas integradores previstos e de relevância social.

O Prédio Escolar José da Silva Correia assume, na essência do ato de educar, duas correntes pedagógicas, nas quais busca apoiar suas práticas à teoria. São elas: corrente sócio-cultural e corrente cognitivista.

A **corrente sócio-cultural** se apóia na teoria defendida por Paulo Freire. As principais características são:

- O homem é sujeito da história, passa a conhecer o meio em que vive, age e é capaz de promover transformações;
- Professor e aluno interagem sobre as experiências vivenciadas no meio, estabelecendo relações dialógicas e dialéticas na construção do conhecimento;
- Aborda a cultura local e o contexto de vida na escola;
- Lança olhar sobre os múltiplos aspectos presentes no espaço escolar, preza do pela organização e pelo funcionamento de todo apoio que possa garantir condições favoráveis ao ensino;
- Valoriza a inserção de temas geradores extraídos da realidade de vida dos alunos;
- Defende que o ensino aconteça em consonância ao contexto histórico social onde o aluno esteja inserido, a fins de dar significado à aprendizagem;
- Incentiva o desenvolvimento de postura crítico e reflexiva a partir do ensino;
- Facilita a investigação e a pesquisa, considerando as experiências de vida, compreendendo o aluno como um ser elaborador e criador de conhecimento a partir da interação com o meio, com objetos e com a ciência;
- Combate o sentimento de cultura dominante, prezando pelo respeito às diferenças, pela igualdade e pelas diversas culturas;
- Compreende mudanças da realidade prevista de forma consciente.

Percebe-se a presença de tais características no posicionamento do educador Paulo Freire:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo destas relações do homem com o mundo e do homem com os homens, desafiado e respondendo ao desafio, alterando, criando, que não permite a imobilidade, a não ser em ternos de relativa preponderância, nem das sociedades nem das culturas. E, na medida em que cria, recria e decide, vão se conformando as épocas históricas. É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar destas épocas. FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Pág. 43;

A **corrente cognitivista** se fundamenta nas concepções expostas por Jean Piaget, Emilia Ferreiro e Jerome Bruner. As principais características são:

- Facilitação da aprendizagem a partir dos esquemas mentais, onde o aluno associa novos conhecimentos a experiências ou à interpretação do mundo, a partir de um padrão de pensamento;

- Investigação do erro como um estágio para se chegar a conclusões acertadas;

- Cooperação mútua entre professor e aluno, cabendo ao professor oportunizar desafios estratégicos que passo a passo irão garantir a aprendizagem;

- Compreende o misto entre o individualismo e o interacionismo, ou seja, entende que cada aluno, individualmente, possui suas crenças, ideias e reflexões próprias, sendo que as ideias e/ou conclusões mais fortes ou mais avançadas são compartilhadas;

- Valoriza a investigação científica;

- Defende a teoria da prática experimental, ou seja, a utilização de atividades práticas e experimentos que proporcionem ao aluno o desenvolvimento de investigações e de aprendizagens dentro do contexto que vivencia;

- A avaliação da aprendizagem tem como objetivo diagnosticar se ao aluno aprendeu os conceitos básicos e essenciais, a partir da utilização de parâmetros.

Acredita-se que em função da diversidade de questões que requer diferentes olhares no cotidiano da escola faz com que a instituição adote concepções e ideias mescladas entre as correntes pedagógicas definidas. Uma, somente, não daria todas as respostas necessárias que se busca ter no ato de educar, diante de desafios já conhecidos, mas também frente a inovações e situações inesperadas que por vezes surgem.

Apesar de definir sua identidade a partir dessas duas correntes pedagógicas postas, o Prédio Escola José da Silva Correia também vivencia ações e atitudes, como: focar nas necessidades individuais do aluno, ideia

“montessoriana”, contemplando-o e ajudando-o a superar desafios; e, de forma “humanista”, entende que o aluno é capaz de ser protagonista em sua aprendizagem a partir da sua autonomia e autodeterminação, com o professor exercendo o papel de facilitador e motivador.

O processo de ensino e aprendizagem é mediado respeitando todos os sujeitos, de forma igualitária, inclusive, buscando compreender as dificuldades individuais de cada aluno, para que sejam pensadas estratégias favoráveis a serem inseridas no planejamento.

É priorizado o conhecimento cultural, a visão de mundo e o conhecimento científico, tendo como foco também as competências socioemocionais.

Promover a formação integral do aluno, a partir de uma ação pedagógica contextualizada e das vivências relativas às competências socioemocionais, prezando pela aprendizagem significativa focada na consolidação dos direitos de aprendizagem e das habilidades propostas no currículo.

A escola conta com um plano de ação, instrumento de planejamento da instituição, elaborado e atualizado pelo Conselho Escolar, e membros da comunidade escolar, de onde são extraídas as prioridades postas em prática. Em termos da sala de aula, o planejamento diário do professor é previsto tendo como base o plano de curso; nesse meandro, sabe-se que o planejamento se torna flexível, constantemente reelaborado mediante as necessidades que vão sendo identificadas na prática pedagógica.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;

Ciência: a ciência é um vasto campo aberto a estudos, pesquisas, descobertas e transformações que dão sentido à vida, aos seres, às mutações e transformações.

Tecnologia: a tecnologia é uma grande aliada da escola na promoção do conhecimento. Possibilita a prática de metodologias ativas, proporcionando estímulos para a aprendizagem. Coloca o aluno em contato com a modernidade contemporânea vivenciada pela sociedade. A tecnologia foi uma grande aliada da ciência para novas descobertas e avanços.

Trabalho: a promoção da formação integral do aluno, um dos objetivos da escola, não pode deixar de reconhecer o mundo do **trabalho**. Por meio da aprendizagem significativa, a escola pode, desde cedo, mostrar aos alunos a aplicabilidade dos conhecimentos construídos, assemelhando a ideia de que as práticas do cotidiano da vida não estão afastadas do conhecimento construído na escola. Afinal, a prática pedagógica na escola deve estar contextualizada com a realidade presente na vida dos alunos.

O Prédio Escolar José da Silva Correia, quanto à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, já busca despertar na criança o prazer pela observação das diferentes atividades vistas na sociedade, estabelecendo relações entre a produtividade humana, a capacidade do ser humano e a sobrevivência. Isso se torna bem mais forte em relação à Educação de Jovens de Adultos, quando os alunos já possuem experiências voltadas ao trabalho, e, assim, a escola aproveita esse potencial para desencadear novos conhecimentos.

2.4. Concepção de Currículo

A concepção de currículo a ser desenvolvido busca contribuir para a construção de uma sociedade democrática, que seja inclusiva, com um olhar justo visando autonomia do ser humano de modo integral. Assim, o currículo é um conjunto de conhecimentos, interação, vivências, capacitação e valores que os alunos precisam adquirir e ampliar, de maneira agregada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de ocasiões de aprendizagem.

Dessa maneira, buscamos desenvolver em nossa unidade escolar o desenvolvimento humano dos nossos educandos de modo global, a partir daquilo que é proposto pelas diretrizes municipais. Buscamos assim, uma uniformidade com toda a rede municipal de ensino, para a construção de uma sociedade com sujeitos autônomos.

Dessa forma, pode-se perceber que existem instâncias dentro do currículo que são essenciais para a formação do ser humano: a escola, a partir dos conhecimentos teóricos e metodológicos; a sociedade a partir das artes, política, economia e seus valores éticos e morais e por fim, a família com os laços afetivos, o respeito, a empatia e a solidariedade.

2.4.1. Fundamentos do Currículo;

Todo currículo é feito por pessoas e para pessoas. A partir dos nossos educadores, a nossa escola, objetiva por meio do currículo trazer para os nossos educandos as realidades que fazem parte do âmbito nacional, estadual e municipal. No nacional eles têm uma visão do todo, no estadual percebem como se dá, no âmbito regional e o municipal são as vivências dos alunos experienciadas no dia a dia.

Percebe-se que o Currículo é fator fundamental na vida de toda e qualquer unidade escolar, pois, é ele que irá influenciar no modo de pensar, ver e agir daqueles que estão sendo formados com base nesse currículo. O currículo é então esse instrumento de mediação dos conhecimentos, os trazidos pelo educando e os ofertados pela unidade escolar. O educador, portanto, tem a função de mediador, fazer a conexão/junção de ambos os saberes para o crescimento daquele que o recebe, isto é, o estudante.

2.4.2. Princípios do Currículo

Os princípios gerais do currículo do Prédio Escolar José da Silva Correia se remetem aos conceitos previstos no Documento Curricular Referencial Municipal:

O currículo anguerense adotou a articulação entre a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Curricular Referencial da Bahia. Por sua vez, os PPP's das unidades escolares levam em consideração os conceitos centrais de territorialidade, educação integral, diversidade e autonomia. DCRM, Pág. 26

Em linhas gerais, o currículo do Prédio Escolar José da Silva Correia articula conhecimentos sistêmicos com experiências da vida real, no momento em que defende uma prática pedagógica contextualizada e oportuniza a inserção de temas integradores.

Qualquer matéria lecionada em sala de aula deve desembocar a manifestar sempre sua relação com a vida. O conhecimento jamais deve ser apresentado como algo asséptico ou alheio à realidade. Bazarra, Loudes (Pag.87)

2.5. Concepção de Gestão Democrática

A gestão do Prédio Escolar José da Silva Correia é realizada por um Profissional da Educação, tendo o Conselho Escolar como órgão auxiliar, que participa das decisões.

As ações de gestão são norteadas pela avaliação institucional, que é de fundamental importância para refletir o funcionamento da escola, identificar necessidades e ser instrumento para o planejamento das ações da gestão.

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

O processo de ensino e aprendizagem se faz e se refaz numa espécie de “mão dupla”, onde ao tempo em que se ensina também se aprende. A pesquisa é uma atividade importante para agregar novas aprendizagens. Não só quanto às práticas, voltadas ao professor. Mas também ao aluno.

É importante que o professor incentive a formação do aluno protagonista, e dentre este desafio, a pesquisa é uma das atividades propícias, evidente, com fins, orientações, roteiro. Estando realizada, requer clareza dos resultados alcançados.

A tendência pedagógica sócio-cultural, pautada para o Prédio Escolar José da Silva Correia, defende, entre outros fundamentos, a importância da pesquisa na construção da aprendizagem. Por sua vez, o educador Paulo Freire criticava o vazio existente nas escolas em relação à iniciativa para práticas de pesquisa:

Nada ou quase nada existe em nossa educação, que desenvolva no nosso estudante o gosto da pesquisa, da constatação, da revisão dos “achados” — o que implicaria no desenvolvimento da consciência transitivo-crítica.

Freire, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Pág. 95; Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro – RJ, 1967.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

A escola deve, desde cedo, relacionar a aprendizagem ao mundo do trabalho. A aprendizagem significativa é uma porta para essa prática. Entendemos que o trabalho como princípio educativo tem a finalidade de articular uma relação entre o trabalho e a educação, com o caráter formativo através de ações humanizadoras e por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Visando atender futuramente as demandas socioeconômicas da sociedade partindo do contexto vivido pelo indivíduo.

A nossa escola busca promover o desenvolvimento através de atividades. Objetivando preparar o aluno para tomada de decisões, através de

ações planejadas que impulsionam o desenvolvimento educativo integral do educando em todas as dimensões, intelectuais, físicas, emocionais, sociais e culturais, preparando-os para o exercício da cidadania e imersão no mercado de trabalho.

No que se refere ao percurso formativo, torna-se necessário à formação de professores para que estes venham contribuir de forma satisfatória na construção do projeto de vida despertando no educando uma visão de futuro necessária para orientá-lo no caminho que querem seguir, pois a cidadania deve ser construída por meio de ações conjuntas entre professores e alunos.

2.6.3. O respeito à diversidade

A escola é um espaço aonde se reflete todos os recortes da sociedade. Assim, a diversidade se faz presente no ambiente escolar, devendo encontrar respeito e a valorização que requer em relação às diferentes culturas.

O prédio Escolar José da Silva Correia busca consolidar um ambiente acolhedor, humanizado e respeitador quanto às diferenças de gênero, religiosa, sexualidade, cultural, etc.

A utilização dos temas integradores propostos no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) é o ponto de partida no qual a escola busca incrementar cada vez mais essa diversidade.

Outro instrumento base é o Documento Orientador da Educação Inclusiva, recém elaborado pela Educação Municipal, com diretrizes para a Educação Inclusiva.

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

O planejamento pedagógico tem como norte o Plano de Curso, consoante ao Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), que por sua vez está em sintonia com o DCRB e com a BNCC.

O planejamento de ensino e a formação continuada dos professores ocorrem dentro da reserva de carga horária denominada como Atividade Complementar (AC), com um tempo de quatro (04) horas presenciais semanalmente e outras três (03) horas fora do ambiente escolar.

A organização do planejamento acontece com a utilização dos seguintes instrumentos:

- Plano de Aula;
- Plano para e Sequências Didáticas;
- Plano Estratégico para turma pós - pré-conselhos de classe.

A utilização desses instrumentos ocorre mediante a seleção do que será trabalhado na respectiva etapa letiva, e em consonância com o previsto no Plano de Curso, que por sua vez corresponde ao que prevê o organizador curricular do Documento Curricular Referencial Municipal.

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

O Prédio Escolar José da Silva Correia desenvolve uma prática em torno da avaliação integrando os diferentes tipos: avaliação formativa, avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e desenvolve a proposta do SIGA – Avaliação Integrada da Gestão da Aprendizagem.

A avaliação institucional ocorre através dos Indicadores de Qualidade da Educação (MEC, 2009), abrangendo todas as dimensões da escola. Em relação à dimensão pedagógica, é feita uma autoavaliação das práticas, servindo para aprimoramentos. Isso acaba influenciando em aprimoramentos da prática docente, e cor conseguinte, reflete na aprendizagem dos alunos.

O Conselho de Classe da escola se torna um órgão permanente, pois além de se reunir no final do ano letivo, também se reúne, formalmente, ao mínimo por duas vezes no decorrer das etapas letivas, mais especificamente nos pré-conselhos definidos no Calendário Letivo da Rede Municipal.

A escola ainda busca se equipar de recursos pedagógicos e relacionados à Rede Física, de forma a contribuir com melhores condições favoráveis à aprendizagem. Requer, por exemplo, de recursos tecnológicos, livros paradidáticos e recursos laborais para atividades práticas.

A Rede Municipal de Ensino de Anguera estabelece os seguintes instrumentos avaliativos no âmbito da Educação Infantil:

Registros diários: Produzidos diariamente pelo professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças, a respeito do que foi apresentado e como se inseriram no processo, como meio de manter as memórias das experiências vividas e fornecer elementos que enriqueçam posteriormente a elaboração dos relatórios. Essas observações e registros oportunizam conhecer e acompanhar cada criança em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais, seus modos de ser e agir. Para isso, torna-se fundamental que o professor anote o nome da criança, idade, local e horário do que está sendo observado. Além das anotações, existem outras formas de registros como gravação das falas, vídeos, fotografias e atividades realizadas pelas próprias crianças.

Avaliação diagnóstica: Ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança, realizada logo nos primeiros dias do ano letivo. Essa avaliação tem como objetivo conhecer o desenvolvimento da criança e também possibilitar ao professor um planejamento significativo com base nas informações obtidas. Os modelos adotados pela Rede Municipal são os seguintes:

- ✓ Evolução do Desenho (Creche - grupos 02 e 03)
- ✓ Evolução da Escrita (creche grupo 03)
- ✓ Evolução do Desenho (Pré-escola - grupos 04 e 05)
- ✓ Atividade Diagnóstica: Leitura e Escrita / Letramento Matemático (Pré-escola - grupos 04 e 05)

Vale salientar que a avaliação diagnóstica será realizada no início de cada etapa letiva nos grupos supracitados. É importante ressaltar, que logo no final primeiro semestre todas as escolas de educação infantil da Rede realizarão um questionário de autoavaliação do professor, conforme orienta o DCRM “objetivando despertar reflexão e análise sobre suas práticas, no sentido de colaborar para o desempenho da ação pedagógica [...]”. Essa autoavaliação é um instrumento que permitirá a partir da autorreflexão do professor, a construção de um trabalho mais consciente e efetivo, ao longo do período letivo.

Portfólio: Instrumento importante que serve para comunicar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças. Caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. De acordo Shores e Grace (2001) no livro Manual do Portfólio “os portfólios são definidos como uma coleção de itens que revela, conforme o tempo passa os diferentes aspectos do crescimento e do desenvolvimento de cada criança” (p. 43). Sendo assim, nele deve constar as produções que mais fizeram sentido para a criança, revelando suas habilidades e evidenciando suas aprendizagens. Existem vários tipos de portfólio, no entanto na Educação Infantil da Rede destacaremos os seguintes:

- ✓ **Portfólio de aprendizagem:** Esse portfólio vai armazenando todas as produções das crianças durante cada etapa letiva. No final de cada etapa deverá ser entregue as famílias nos respectivos plantões pedagógicos.
- ✓ **Portfólio demonstrativo:** Esse modelo contempla as atividades mais significativas e que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo, constando os registros mais relevantes das observações relacionadas as imagens que revelem a aprendizagem da criança nas propostas selecionadas. Este portfólio poderá ser entregue as famílias no plantão pedagógico no final do ano letivo.

Vale ressaltar, que o Portfólio é muito mais que uma coleção de atividades produzidas pelas crianças, é um meio de promover a reflexão e reorganização do planejamento a partir das informações colhidas, orientando as ações pedagógicas com foco no desenvolvimento das aprendizagens da criança.

Relatório individual: Caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, dando visibilidade tanto ao seu desenvolvimento e aprendizagem quanto ao trabalho pedagógico realizado. O relatório deve ser fruto dos registros diários feitos pelo professor, devendo manter consonância com o Portfólio. Ao redigir o relatório individual da criança, o professor deve está atento e relatar as aprendizagens dentro do contexto vivido, as características de desenvolvimento da criança a partir das interações,

brincadeiras e mediações, refletindo sobre as experiências que foram oportunizadas.

A elaboração dos relatórios será consolidada no final de cada etapa letiva, estes deverão ser socializados com os pais ou responsáveis pela criança, até 15 dias corridos a partir do término das etapas previstas no calendário letivo, em plantão pedagógico, para que tenham conhecimento do desempenho da criança e do trabalho realizado pela instituição, que deverá anexar uma cópia na pasta de documentos da criança e entregar outra cópia aos pais ou responsáveis junto com o portfólio de atividades desenvolvidas durante a etapa.

Assim, entende-se que a avaliação da Educação Infantil do Município de Anguera deve ser contínua, investigativa e cuidadosa, com informações que apresentem a trajetória da criança, respeitando suas diversidades e especificidades.

Há diálogo permanente entre os Supervisores da Secretaria de Educação, para cada etapa ou modalidade, e os professores da escola. Essa troca de informação permite discutir sobre o avanço de aluno por aluno, dentro da proposta em ter a escola como uma instituição humanizada. Essa filosofia compreende entender cada aluno como ele é, e, conseqüentemente, acompanhar o progresso da avaliação de forma individual, para fins de inserir no planejamento estratégias voltadas ao desenvolvimento para cada aluno. Por fim, isso influenciará no avanço da aprendizagem dos alunos como um todo. O foco individual em cada aluno é um diferencial importante a ser considerado.

A recuperação paralela ocorre através do tempo reservado, em cada etapa que acontece com o auxílio de blocos de atividades elaborados para suprir a necessidade apontada através das diversas aferições da aprendizagem. Pode-se associar ao que atualmente, pós-pandemia, se define como recomposição da aprendizagem, que objetiva corrigir defasagens existentes nos conhecimentos prévios que deveriam estar garantidos.

O Plano Estratégico da turma se constitui no instrumento para constar ações a serem desenvolvidas em curto prazo, caracterizando-se como **intervenções pedagógicas**. É a efetivação do replanejamento, de forma a

contemplar não aquilo que está diretamente proposto à série e ao momento, mas, sobretudo os conhecimentos prévios que precisem ser revistos e explorados com os alunos. Além destas considerações, a avaliação para aprendizagem irá seguir o norte dado pelo Documento Orientador da Avaliação na Rede Municipal.

3.3. Os Temas Integradores

Serão contemplados no planejamento de aula dos Professores, na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, os temas integradores previstos no Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM):

- Educação em Direitos Humanos
- Educação para a Diversidade
- Educação para o Trânsito
- Saúde na Escola
- Educação Ambiental
- Educação Financeira e para o Consumo
- Cultura Digital
- Educação Fiscal

Outras temáticas poderão ser contempladas a partir da necessidade apontada pela comunidade escolar, considerando a realidade e as especificidades locais, bem como atualizações da própria legislação educacional.

3.4. Parte Diversificada

A parte diversificada no currículo será garantida através da inserção dos temas integradores de forma atravessada a todos os componentes curriculares da parte comum.

3.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

Perfil da Docência: o docente é um facilitador da aprendizagem. Alguém que possui mais experiências e interage com os alunos, incentivando a construção do conhecimento. Busca-se autoavaliar a fins de promover

aprimoramentos em suas práticas pedagógicas. Disponibiliza-se para a permanente formação em atividade.

Perfil do Estudante: o aluno busca compreender o mundo em sua volta, a partir da abordagem contextualizada do objeto de ensino. Predispõe-se à formação integral, como um ser que tem papel transformador na sociedade.

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Educação infantil

Valoriza a descoberta das experiências do mundo ao redor, o brincar, o desenho, o mundo lúdico da aprendizagem e inicia o processo de alfabetização. São explorados os direitos de aprendizagem, dentro dos campos de experiências.

4.2. Ensino Fundamental - Anos Iniciais

A expectativa é garantir a alfabetização das crianças até o 2º Ano do Ensino Fundamental, que constitui o Ciclo da Alfabetização.

O 3º Ano do Ensino Fundamental se concebe como um ano transitório, de consolidação de habilidades relacionadas ao letramento, bem como à sociedade e à natureza, para que o aluno possa reunir conhecimentos prévios para consolidar novas aprendizagens, no 4º e no 5º Ano.

4.2.3. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

O organizador curricular está disposto em anexo, contemplando os Componentes Curriculares orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A parte diversificada será cumprida com a inserção dos temas integradores no planejamento de aula, de forma atravessada por todo o currículo. Também será contemplado nos projetos pedagógicos realizados pela escola, através de sequências didáticas e nos projetos estruturantes da Rede Municipal, entre os quais, os Jogos Escolares e a feira do Conhecimento.

4.2.4. Transição do 2º Ano para o 3º Ano

A expectativa é ocorrer com a garantia da alfabetização da criança, tornando-se confortável o aprofundamento na aprendizagem das habilidades iniciadas, bem como em relação AA verificação dos conhecimentos prévios para a introdução de novas habilidades.

4.2.5. Transição do 5º Ano para o 6º Ano

A expectativa é que ocorra concomitantemente à consolidação das habilidades essenciais previstas até o 5º Ano, nos diversos componentes curriculares. Deve-se explorar a autonomia do aluno, no ano de conclusão dos anos iniciais, como forma de preparação para um ritmo mais dinâmico do ensino e da aprendizagem, mediante o futuro contato com maior número de professores.

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

A Educação Especial, como modalidade de ensino que deve ser promovida metodicamente nos diferentes níveis de ensino, presta-se ao atendimento de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, preferencialmente, na Rede Regular de Ensino, com o objetivo de propiciar ao docente o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, autonomia e independência.

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para

receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família.

É importante ressaltar que precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Declaração de Salamanca (1994) foi mais um passo decisivo na ampliação das diretrizes para a Educação Inclusiva. Os signatários do documento proclamaram que:

- ✓ *Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;*
- ✓ *Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;*
- ✓ *Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;*
- ✓ *Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;*
- ✓ *Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e*

aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Assim, na busca pela valorização das diferenças, a educação da Rede Municipal de Anguera, tem oferecido o serviço da Educação Especial – o Atendimento Educacional Especializado no Centro de Recursos Multifuncionais – CRM, que atende alunos da rede regular com matrícula automatizada e articulação intersetorial, a saber, o aluno com relatório médico/especializado possui garantia de atendimento pedagógico complementar/suplementar, específicos a cada necessidade educacional, Plano de Avaliação, Plano de Atendimento Individualizado, recursos, estratégias e metodologias específicas.

Sobre a articulação intersetorial, o Município adota medidas de interlocução entre a Supervisão Pedagógica da Educação Especial, Coordenação e Gestão Pedagógica do ensino regular, Coordenação Pedagógica do Centro de Recursos Multifuncionais, Assistente Social (acompanhamento da frequência escolar e possíveis encaminhamentos médico, acolhimento do aluno e da família e acompanhamento do rendimento escolar).

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Os princípios orientadores da Educação Inclusiva, pauta-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) é um documento histórico de muita relevância e tem em seu corpo alguns Artigos que dialogam fundamentalmente com os princípios para uma Educação Inclusiva. Os dois primeiros Artigos atestam a igualdade dos indivíduos diante dos direitos e dos princípios de dignidade humana, repelindo, assim, os processos discriminatórios:

Art. 1º. Os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos; Art. 2º. Sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra.

Art. 26. Toda a pessoa tem direito à educação. [...]

Art. 26. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos.

Em consonância com a Declaração dos Direitos Humanos nossas escolas visam assegurar às pessoas com necessidades especiais os direitos à liberdade, a uma vida digna, o acesso à educação escolar, o desenvolvimento individual e social, a condição de participação na vida comunitária sem nenhum tipo de discriminação.

Outro importante marco para as Políticas Educacionais na perspectiva da inclusão é a Declaração de Jomtiem (1990), promulgada na Tailândia, deu um importante passo para a Educação Inclusiva, apostando na Educação Básica para todos como meta viável, a partir dos seguintes princípios:

Art. 1º: “Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”;

Art. 2º: “Expandir o Enfoque”;

Art. 3º: “Universalizar o Acesso à Educação e Promover a Equidade”;

Art. 4º: “Concentrar a Atenção na Aprendizagem”;

Art. 5º: “Ampliar os Meios e o Raio de Ação da Educação Básica”;

Art. 6º: “Propiciar um Ambiente Adequado à Aprendizagem”;

Art. 7º: “Fortalecer as Alianças”;

Art. 8º: “Desenvolver uma Política Contextualizada de Apoio”;

Art. 9º: “Mobilizar os Recursos”;

Art. 10º: “Fortalecer a Solidariedade Internacional”.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender as diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela (1995, p. 34) afirmam que:

[...] refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como

cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020 lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502, na qual inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade.

No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como:

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

*A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.*

No que tange ao atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse

atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor.

Por isso, a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

Segundo Magalhães (2002, p. 25), a maneira de concebermos a pessoa com deficiência é importantíssimo, afinal, “[...] repensar nossas próprias concepções, preconceitos e atitudes com relação à pessoa com deficiência é o primeiro passo no sentido de construir práticas pedagógicas, de fato, inclusivas”.

A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com deficiência, ao mesmo tempo, lhes facilitar a integração na sociedade como membros ativos. Mas, para que isto aconteça, é importante que o indivíduo com deficiência seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo e, principalmente, apto a aprender. Portanto, o município necessita de uma formação voltada à capacitação de professores para trabalhar com esse público especial.

No entanto para que a escola possa garantir o acesso e permanência a uma educação de qualidade para esses educandos, deve-se investir em tarefas partilhadas com todos que estão envolvidos no processo educacional. E para tornar o trabalho de inclusão eficaz, é necessário firmar parcerias com voluntários, instituições, e especialistas em diversas áreas, a fim de dar suporte e segurança para lidar com várias situações ocorridas.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

Ensino do Sistema Braille;
Técnicas de Soboran;
Orientação e Mobilidade;
Educação Física Adaptada;
Aulas de Atividade da Vida Autônoma;
Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva;
Ensino da Língua Brasileira de Sinais;
Intérprete de Libras/Língua Portuguesa;
Guia Intérprete para Surdo-cegos;
Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais;
Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos.

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita.

5.2. A Política De Educação do/no Campo

5.2.1. Concepção da Educação do/no Campo

O Prédio Escolar José da Silva Correia foi reaberto, justamente no Ano Letivo de 2022, objetivando a oferta da Educação no Campo para as crianças residentes na área geográfica abrangente. Concebe a Educação no Campo como uma modalidade de ensino que valoriza os saberes raízes do próprio habitat do aluno, as experiências de vida e a preparação para os desafios inerentes aos que enfrentam as famílias residentes no campo, nas localidades atendidas.

A Educação do/no Campo tem a função de transcender aos aspectos que competem ao desenvolvimento das competências e habilidades dos objetos do conhecimento colocados em voga no atual contexto. Um passo importante nesse sentido é a consolidação e valorização da cultura do homem do campo fazendo com que este não seja mais dependente ou submetido, mas sujeito para a reflexão sobre a realidade em que está inserido.

É importante salientar que o Conselho Estadual de Educação-CEE por meio da resolução nº 103 estabelece em seu Art. 1º que a escola do campo não é definida apenas pelo critério geográfico que separa o espaço urbano do espaço rural, mas sim, pelo critério dos sujeitos do campo, ou seja, a quem se destina a educação.

O Art. 1º define a escola do campo da seguinte forma: “entendidas como unidades de ensino situadas na área rural, caracterizada conforme a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE ou aquelas situadas em áreas urbanas, desde que atendam prioritariamente as populações do campo”. (BAHIA, 2015, p. 1).

Assim, concebemos que há a Educação Rural àquela que se fundamenta nos currículos oficiais colocando o campo como o lugar do atraso e a Educação do Campo que valoriza a identidade dos sujeitos do campo bem como condiciona a base educacional aos conhecimentos e demandas provenientes das particularidades da população rural.

Pautados no pensamento de Fernandes (2002a, p. 67) adotamos a seguinte concepção de Educação do/no Campo:

A Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

Ancorados no pensamento em destaque, nossas escolas que compõem o grupo das instituições vinculadas ao Município de Anguera-Ba, que promove dentro das suas possibilidades a denominada Educação do/no Campo, tendo

em vista a sua localização na zona rural, o público que a integra e a constitui enquanto escola. Assim, levando em consideração o contexto de Educação do/no Campo concebemos que a Educação do/no Campo vai muito além da localização espacial das instituições de ensino.

Pautados ainda, nas orientações da LDBEN, procuramos oferecer uma ensino pautado, não apenas nos objetos do conhecimento que emanam dos documentos curriculares referenciais (DCRM, DCRM, BNCC), que norteiam nosso trabalho pedagógico, mas também procuramos incluir, junto aos demais conhecimentos os saberes de vida dos nossos alunos, os saberes que emanam das relações familiares e sociais com o objetivo de formar pessoas capazes de reconhecer o seu valor como sujeito social, e que possam contribuir com a transformação do seu meio social.

5.2.2. Princípios Orientadores da Educação do/no Campo

Como princípio orientador para a Educação do Campo, vislumbramos um caminho que oportunize o trabalho pedagógico com orientações necessárias em atenção aos interesses da população deste espaço.

Dessa forma, compreendemos que a escola precisa aprofundar a reflexão sobre como pode ajudar na formação humana dos diferentes sujeitos, respeitando a cultura camponesa e os diferentes tempos da vida das/dos estudantes e seus familiares. De acordo com o Art. 2º do decreto de número 7.352 de 04 de novembro de 2010, os princípios da Educação do Campo são:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Em consonância com os princípios supracitados, a unidade escolar, visa o desenvolvimento de uma proposta educacional voltada à formação dos professores para estarem aptos a desenvolverem o trabalho de capacitação dos educandos, incentivando-os criticamente à discussão sobre políticas de sustentabilidade no campo, respeitando seu modo de vida e dinâmica social, acolhendo seus saberes e experiências no processo pedagógico.

5.2.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação do/no Campo

Com os avanços nas concepções de ensino e com o advento das políticas públicas educacionais, a Educação do Campo vem agregando conceitos, metodologias e especificidades que contribuam de fato na promoção de um ensino pautado nas subjetividades dos sujeitos do campo e na valorização dos mesmos.

Durante o processo de elaboração deste item, realizamos, reuniões, encontros formativos, leituras compartilhadas, dentre outras ações com o objetivo de promover a participação dos diversos segmentos da nossa instituição, colocando em voga as especificidades dos nossos educandos, os saberes locais, a cultura, sem deixar à margem os objetos de conhecimento de cada componente curricular, bem como suas possibilidades interdisciplinares com foco na formação integral dos nossos alunos.

Teceremos abaixo alguns métodos específicos realizados pela nossa escola, buscando apreender teoria e prática ao contexto da Educação do Campo:

1- Ao elaborar as atividades articulamos os objetos de conhecimento aos saberes locais, às cantigas, aos festejos locais, datas comemorativas, histórias

e estórias que compõem a formação da comunidade e do entorno, dos quais emanam nossos educandos;

2- Buscamos incluir nas discussões em sala aula assuntos referente às políticas públicas que concernem sobre os direitos e deveres bem como a fundamentação da Educação do Campo para que nossos jovens refletiam sobre a sua inserção no contexto educacional e para além, formando sujeitos questionadores e participativos;

3- Colocamos em evidência a valorização local e cultural dos nossos educandos, incentivando para que os mesmos busquem pelo conhecimento de suas histórias e tomem conhecimento das lutas travadas pelos seus ancestrais para que sigam lutando em busca de melhores condições de vida para si e para as gerações futuras;

4- Construir efetivamente, com todos os docentes, outras formas de planejar, propor e executar as atividades com o intuito de gerar novas possibilidades e inovar;

5- Seguimos os documentos curriculares referenciais da Bahia, do nosso município de Anguera e a BNCC, sempre organizando e adequando nossas práticas educativas e atividades às particularidades locais e regionais;

6- Buscamos enaltecer a cultura local, colocando em evidência a realidade e o contexto onde vivem os nossos educandos, suas famílias e a comunidade como um todo, com o intuito de promover uma reflexão acerca dos elementos que merecem o devido reconhecimento, além de fomentar discussões em torno da crítica sociopolítica como mecanismos de reparação históricas com vista a melhores condições de vida;

7- Enfatizamos ainda o desenvolvimento das relações entre os educandos com o objetivo de que esta ação desague nas vivências em sociedade, nas relações de trabalho e nas necessidades dos sujeitos envolvidos.

Como em qualquer outra modalidade de ensino buscamos inserir no nosso ambiente escolar variadas metodologias com foco no desenvolvimento pleno do aluno, colocando em voga suas peculiaridades já conhecidas, levando em conta as necessidades dos estudantes, proporcionando a permanência no espaço escolar rural. Para anteder a essas e outras necessidades, propomos os seguintes encaminhamentos metodológicos:

1- Acolhimento dos pais/responsáveis para informar acerca da importância da participação dos mesmos na vida escolar dos filhos, dentro de suas possibilidades, pois temos responsáveis analfabetos e, portanto, não conseguem orientar seus filhos no desenvolvimento das atividades, mas orientamos que os mesmos os acompanhem e incentivem seus filhos, pois o apoio da família é fundamental em qualquer circunstância;

2- Trabalhamos com rótulos e embalagens, esclarecendo sobre os aditivos químicos, os danos que os mesmos podem causar ao meio ambiente, com vista na alimentação cotidiana;

3- Promover a inserção das expressões locais próprias, fazendo análises dentro das gerações, estabelecendo a diferença da linguagem formal e informal, porém trabalhando a valorização das duas linguagens, informando sobre o preconceito linguístico para que não aceitem tal eventualidade;

4- Trabalhar com a concepção de Mercadinho, distinguindo os produtos industrializados, esclarecendo acerca do consumismo, os custos de vida em determinadas regiões, valor nutricional dos alimentos, etc.;

5- Esclarecer acerca da questão do Trabalho, da sua importância, relacionando ao que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, orçamento Familiar do Campo por meio de levantamento de dados, confrontando com os dados da cidade;

6- Realizar práticas agroecológicas com o apoio da horta presente em nossa escola, da comunidade, da Secretaria de Desenvolvimento do nosso município, além de suscitar questões sobre a recuperação do solo.

Desse modo, ao discutir as metodologias de ensino da Educação do Campo da nossa escola, buscamos trilhar por caminhos que tencionam pelo respeito e pela valorização das particularidades advindas desta modalidade de ensino, desenvolvemos ainda metodologias próprias da nossa instituição a partir do convívio com a comunidade interna e externa de modo a melhorar e contribuir com os processos de ensino e aprendizagem dos nossos educandos.

5.2.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

O ato de avaliar transcende a mera obtenção de dados positivos ou negativos com a intenção de qualificar os estágios de desenvolvimento da aprendizagem dos educandos ao realizarem determinado tipo de avaliação.

Pois, entendemos que avaliar parte do pressuposto da obtenção do conhecimento acerca das especificidades dos nossos educandos para que possamos criar possibilidades e meios de intensificar seus pontos positivos e sanar seus déficits educacionais.

Assim, destacamos a nossa preocupação em avaliar os nossos educandos do campo, levando em consideração seus conhecimentos, valorizando seus saberes, não somente os saberes construídos em sala de aula, mas buscamos incluir também os conhecimentos provenientes de suas vivências experienciadas em meio às demais instituições (familiar, social, religiosa, etc.).

Buscamos trabalhar com os diversos tipos de atividades e métodos, dentre eles estão: resolução de problemas, criação de peças (dramatização), observação, pesquisas, realização de trabalhos em grupos, leituras individuais e coletivas (com a participação da família) e jogos pedagógicos com o intuito de inovar e despertar o interesse, testes, provas, entre outras. Todas essas realidades estão subdividas nas três etapas que compõem o ano letivo.

Com isso observa-se que para alcançar os seguintes objetivos é necessário analisar o papel da avaliação no contexto escolar, identificando seus diferentes tipos, observar como ocorre o processo de avaliação utilizado pelos professores em sala de aula, compreender que a avaliação é processo permanente de aprendizagem e transformador do contexto social.

5.3. A Política Da Educação de Jovens E Adultos

A Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida enquanto processo de formação humana plena que, embora instalado no contexto escolar, deverá levar em conta as formas de vida, trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos que se colocam como principais destinatários dessa modalidade de educação. Conseqüentemente, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular: formação técnica, política e social. Para Freire (2001, p. 15), o conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular, na medida em que a realidade vai fazendo exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras.

A política de Educação de Jovens e Adultos no município de Anguera foi instituída em 2000, por meio do Parecer 11, aprovado pela Câmara de Educação Básica, regulamentaram-se as Diretrizes Curriculares para a EJA, que qualifica a Educação de Jovens e Adultos e define suas funções: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Através da portaria 013/2010, o município de Anguera regulamenta a oferta do Ensino Fundamental através da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, tendo em vista a necessidade de combater a distorção idade x série e considerando o direito fundamental de todos à educação, com identidade própria para atendimento à demanda educacional de alunos diferenciados em relação à idade, cultura, experiências de vida e de trabalho.

5.3.1. Concepção da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) guarda na sua gênese o vínculo com a educação popular, ficando, por muito tempo, compreendida como uma ação destinada a determinados grupos sociais, assim como, associava-se a intervenções educativas geradas por ações políticas e projetos de temporalidade definida. Assim como citado neste documento esta modalidade de ensino foi ofertada no município de Anguera no ano de 2009, e a denominação (EJA) ao longo dos tempos passam por alterações conforme a necessidade municipal local que tange a educação, atualmente denominada como Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é caracterizada como modalidade da Educação Básica que se destina àqueles que não tiveram acesso ou condições de dar continuidade nos estudos na idade própria, constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 37.

O Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) diz que:

A EJA ofertada na Rede de Ensino do Município de Anguera busca colaborar com a redução do analfabetismo, disseminação do letramento, e oportunizar jovens que necessitam conciliar o estudo com o tempo de trabalho, buscando despertar a autoestima em adultos e idosos. Além disso, a oferta de turmas da EJA deve

considerar as especificidades dos alunos, as diferentes realidades e condições de vida e trabalho (DCRM, 2022, p. 35).

Na rede municipal de ensino o trabalho com a Educação de Jovens e Adultos apresenta algumas características da Educação Popular defendida e erguida por Paulo Freire, onde enfatiza concepção do educando como sujeito modificador do seu próprio saber, faz com que o aluno interaja com o professor, expondo os conhecimentos adquiridos, descodifique o que já aprendeu e reconstrua o seu conhecimento baseado em sua realidade.

Desse modo a concepção Freiriana, as instituições devem ofertar aos educandos as oportunidades de buscarem despertar a leitura de mundo, promovendo a libertação, preparando-o para a transformação da realidade envolta, contribuindo para que o estudante se torne parte da sua história.

Dessa forma, para melhor compreender os sujeitos da EJA que fazem parte do projeto Educação Popular, alguns questionamentos são pertinentes e imprescindíveis às descobertas desta modalidade de ensino: Quem são estes alunos? Quais são suas experiências? Que fatos históricos estão vivendo no momento? Como eles aprendem? Assim, é possível compreender a necessidade de se debater sobre questões que envolvem a EJA tal como a ação do professor a fim de que ao aluno seja possível entrar em contato com o que lhe possibilite modificar a conduta em função dos seus objetivos.

5.3.2. Princípio Orientadores da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica com identidade própria, pautada nos fundamentos conceituais representados pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade, e pelas funções reparadora, equalizadora e qualificadora, que visam a garantir uma oferta de qualidade aos alunos.

No CEJA, a política de educação aos jovens, adultos e idosos realizam desafios resgatando compromisso histórico e cultural da sociedade Anguerense contribuindo para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamentada na construção e exigências legais definidas na proposta curricular.

Em seu Artigo 37º a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz que:

a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, ainda em seu § 1º a referida Lei discorre os sistemas de ensino onde os mesmos assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Procuramos valorizar o reconhecimento da educação de jovens, adultos e idosos como direito, buscando a valorização das diferentes formas de educação, formal e não-formal. Neste contexto, as propostas de cursos de formação para os educadores da EJA tem incorporado à alfabetização, compreendendo que esta é uma etapa do processo de educação formal e, para dar efetividade às práticas desenvolvidas junto aos jovens, adultos e idosos, a oferta de formação específica e adequada mostra-se uma ação prioritária.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino, estabelece que: - Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Ainda como princípio orientador a Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo (art. 214, I). Trata-se de tarefa que exige uma ampla mobilização de recursos humanos e financeiros por parte dos governos e da sociedade. Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

5.3.3. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

As Diretrizes Curriculares para a EJA devem ser entendidas como parte de um processo dialógico, da prática pedagógica dos educadores, da sua permanente formação, e devem assegurar os espaços fundamentais de reflexão, reescrita e atualização, pela constante construção de uma educação de qualidade para todos.

No CEJA estas Diretrizes são destinadas aos educandos jovens, adultos e idosos, como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, de sua história e condição socioeconômica, sua posição nas relações de poder, sua diversidade étnico-racial, territorial, geracional e cultural, dentre outras.

Com o amadurecimento das discussões e experiências de educação de jovens e adultos na década de 1990, e por efeito das determinações legais advindas, foram promulgadas, em 10 de maio de 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais Diretrizes superaram a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado como inculto ou apto apenas a tarefas e funções ditas desqualificadas no mundo do trabalho. Além disso, reconheceram a diversidade cultural e regional, presentes nos diferentes estratos sociais, os quais são portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos passaram a valorizar ainda:

- as especificidades de tempo e espaço para seus educandos;
- o tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- a importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação; e
- a formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA

As Diretrizes lançadas em 2000 também ressaltaram a EJA como direito e substituíram a ideia de compensação pelos princípios de reparação e equidade. Ainda, regulamentaram a realização de exames, oferecendo o

Ensino Fundamental a maiores de 15 anos e o Ensino Médio a maiores de 18 anos (BRASIL, 2000). Nesse mesmo contexto, a educação de jovens e adultos foi incluída no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado e sancionado em 9 de janeiro de 2001, pelo Governo Federal.

Em relação aos indicadores da avaliação, segundo Minayo “eles são compostos por parâmetros quantitativos e qualitativos que auxiliam no acompanhamento de determinada atividade, apontando se os objetivos estão sendo atingidos ou se há necessidade de intervenção”. (MINAYO, 2009, p. 87).

Nesse sentido os indicadores educacionais são construídos para atribuir um valor estatístico à qualidade do ensino de uma escola ou rede, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Tais ferramentas são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos, contribuindo para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender (FREIRE, 1996, p.65).

No CEJA os indicadores de avaliação acontecem com intervenções ativas realizadas pelos professores com as metodologias na forma de como ensinar e como o aluno aprende, considerando as diferentes formas de vidas e conhecimentos prévios que cada aluno traz consigo. Assim como afirma Freire na citação acima avaliar e conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

5.4. A Política da Inovação Tecnológica

5.4.1. Concepção da Inovação Tecnológica

A escola compreende a inovação e a tecnologia como conhecimentos mutantes que a cada momento apresentam novidades que acabam interferindo na vida da sociedade. E por ter forte influência na vida humana, a escola necessita acompanhar essa realidade fortemente presente no meio.

5.4.2. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

A escola exerce importância em preparar o aluno para os desafios da sociedade, entre os quais a tecnologia como meio da construção do conhecimento. Recursos tecnológicos devem ser inseridos no planejamento pedagógico da escola como forma de adequar aos requisitos da sociedade contemporânea.

5.5. A Política de Assistência Estudantil

5.5.1. Concepção de Assistência Estudantil

A assistência estudantil é um apoio aos estudantes para assegurar a sua permanência na instituição educacional pública e melhorar o seu desempenho, como também é um importante componente de promoção da educação integral. Além de ter o objetivo de garantir a democratização das condições de acesso e permanência dos alunos.

O público da nossa escola, a maioria é do entorno e faz uso de meios próprios para chegar até a escola, alguns fazem uso do transporte escolar e a escola conta com um colaborador diariamente que acompanham os alunos durante o percurso do transporte, garantindo a ordem e a segurança e contribui com o processo educacional dos mesmos.

A gestão escolar promove reuniões e plantão pedagógico a cada etapa letiva ou quando surge necessidade para aproximar e estreitar a comunicação entre escola e família, isto é importante para conhecer as necessidades e demandas para melhorar a qualidade da educação oferecida.

5.5.2. Princípios/Diretrizes Orientadores da Assistência Estudantil

A escola tem um importante papel no desenvolvimento das competências socioemocionais dentro do contexto das aprendizagens e o acesso e permanência devem ser garantidos a todos sem distinção de qualquer natureza, como também, deve oferecer um ambiente favorável nesse fazer educacional. Mesmo com todo empenho, as nossas escolas ainda não oferecem tudo que é necessário.

Existem ações importantes, como a parceria de uma equipe da Secretaria de Educação que ajuda realizar a busca ativa dos alunos. Junto com a escola asseguram que todos os alunos estejam com a frequência ativa e procuram ter um olhar sensível, observando e escutando os alunos para reconhecer situações como: violência doméstica.

Com a intenção de oferecer ou buscar apoio, os profissionais envolvidos ofertam ajuda e proteção, além de promover momentos de reflexões sobre assuntos relevantes.

O intuito é promover ações dentro do próprio ambiente escolar, para conhecer a história de vida (contexto familiar, subnutrição, abusos, trabalho infantil, envolvimento com drogas ilícitas) dos estudantes e do entorno e sempre que possível envolvemos a equipe do Programa Saúde na Escola do PSE das comunidades para contribuir no processo educacional das nossas escolas.

5.6. A Política de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional dos Servidores

5.6.1. Concepção da Formação Continuada

O Prédio Escolar José da Silva Correia carece de muitas necessidades a fins de se tornar melhor referência em termos de qualidade na educação que se pretende. Para exemplificar, pode-se citar uma certa exclusão tecnológica, mediante a ausência de recursos tecnológicos importantes ao processo de ensino e aprendizagem no momento.

Em relação à prática pedagógica, acredita-se que há grande necessidade por formação continuada para os profissionais do magistério. Os professores possuem muita boa vontade quanto ao cumprimento da proposta, no entanto, por vezes, esbarram em limitações relacionadas à formação.

Dessa forma, temos buscado intensificar o processo de formações na nossa unidade visando proporcionar uma equidade com os princípios defendidos nesse documento tais como: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização profissional.

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola/Comunidade

5.7.1. Concepção/ Princípios e Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

Legalmente a escola precisa articular ações de integração entre família e escola como o objetivo de contribuir na formação cidadã dos alunos. Sendo assim, nossa escola busca compreender os motivos de possível distanciamentos entre família e escola e tenta criar estratégias envolvendo os membros do conselho escolar, para estreitar esta relação como: reunião, feira de conhecimento, encontro pedagógico, prestação de contas.

A escola, além de respeitar a individualidade das pessoas, deve empenhar-se na formação das novas gerações para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e fraterna. Para que estes ideais saiam do papel e se transformem numa realidade concreta na vida de nossos educandos, é necessário que sejamos capazes de criar comunidades educativas, pode-se elencar que na nossa escola temos como diretrizes:

- ✓ Organizar e executar sua proposta pedagógica;
- ✓ Gerir seu pessoal e seus recursos materiais financeiros;
- ✓ Garantir o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- ✓ Precaver-se pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- ✓ Fornecer meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;
- ✓ Unir-se com as famílias, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- ✓ Avisar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e rendimento dos alunos

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação / Princípios /Aspectos Teórico- Metodológicos dos Processos/ Diretrizes

O projeto Político Pedagógico é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo desenvolvido na escola, pontuando as

exigências legais da rede de ensino, bem como as necessidades, e expectativas da comunidade escolar, além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização social e gestão.

Os princípios que norteiam (PPP) são: participação, gestão democrática, autonomia e trabalho coletivo, onde todos estão interligados entre si, ou seja, um depende do outro para concretizar a construção do Projeto. Tais princípios promovem um ambiente favorável à discussão, debates, construindo fundamentações que impulsionam o desejo de uma escola mais humanizada.

O projeto político pedagógico será o guia de todas as nossas ações, apresentando questões relativas à formação dos professores, contextualizando as especificidades de sua atuação profissional, problematizando a organização curricular como elemento fundamental, garantindo uma formação que articule as dimensões humana, reflexiva, científica e tecnológica. As diretrizes pedagógicas aqui defendidas são orientadas para uma visão curricular que tem como propósito promover um processo formativo referenciado no desenvolvimento de competências profissionais

6.2 O Programa Institucional de Avaliação do PPP

O Projeto Político Pedagógico da Escola José da Silva Correia, foi construído tendo a participação de toda comunidade escolar, a mesma se deu por meio de formulários que foram elaborados contendo questionamentos sobre todos os aspectos que envolvem a unidade, desde a gestão, o pedagógico, estrutura física, como o que poderia ser futuramente construído.

Para a construção do documento realizamos pesquisas de campo com visita à Biblioteca Municipal e as famílias que residem desde o início da construção da unidade escolar, como também pessoas que conheciam a história do prédio escolar. Outras fontes também foram utilizadas para o desenvolvimento do mesmo, como livros, artigos, leis federais, estaduais e municipais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) além dos referencias curriculares, BNCC, DCRB, DCRM, Portaria do Magistério e Regimento Escolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento que o sujeito começa a participar do processo educacional ativamente, constrói o seu entendimento sobre coletividade, e em uma ação consciente da significação do ato de fazer acontecer o que está amparado nas leis, à construção do PPP do Prédio Escolar José da Silva Correia, nos fez perceber que caminhar juntos é a melhor maneira para solucionar os problemas que surgem e gerar novas alternativas para construir e oferecer uma educação melhor.

A nossa premissa básica para nortear os trabalhos desenvolvidos é Visa a formação integral do ser humano com a intenção da obtenção de uma sociedade mais justa para todos. Procuramos sempre envolver a comunidade escolar no processo educativo, pois a mesma é quem tem propriedade para diagnosticar as necessidades, criar caminhos, e serem protagonistas das metas a serem alcançadas.

Acreditamos que uma distribuição equilibrada do poder é a chave para uma gestão democrática atuante e justa, ou seja, todos têm poder de decisão. O gestor juntamente com o seguimento escolar compreende que a participação, o comprometimento e autonomia, exigem em assumir responsabilidades.

Certamente, ao construirmos este tipo de postura, descobrimos o quanto o Projeto Político pedagógico é necessário para uma instituição escolar e que a coletividade é vantajosa para qualquer ambiente, especialmente em uma instituição escolar, é o momento em que o seguimento da escola e a comunidade local refletem sobre o papel social da instituição frente à formação do indivíduo.

REFERÊNCIAS

Almeida, Peçanha de. Práticas para a Avaliação escolar: Dicas e Sugestões de como Fazer. Wak Editora; Rio de Janeiro, 2012.

ANGUERA. Documento Curricular Referencial Municipal, 2022.

BAHIA. Documento Curricular Referencial da Bahia, 2018.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental: Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4/11/2010 Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL, Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 1996. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/>>. Acesso em 20 de set. de 2022.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasil, 2013. Acessado em 27/09/2022. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzáles; CALDART, Roseli Salete.; MOLINA, Mônica Castagma. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 133-145.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. CNPQ/ UNESP. (2012, a). Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf>. Acessado em 20 de set. de 2022.

<https://cursocompletodepedagogia.com/caracteristicas-da-abordagem-sociocultural/> Acesso em 19/12/2022

NUVENS, Jéssica. As Principais Correntes Pedagógicas e o Projeto Político Pedagógico. Slide apresentado em Encontro Pedagógico realizado no dia 30 de agosto de 2013, na U.I. Humberto de Campos. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/jessicanuvens5/as-principais-correntes-pedaggicas>
(Acesso 26/11/2022)

DANTAS, Tânia Regina. Paulo Freire em Diálogo com a Educação de Jovens e Adultos. Ivanilde Apoluceno Oliveira, Maria Olívia Matos de Oliveira e Érica Valéria Alves. Editora EDUFBA, Salvador-Ba, 2020.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Lei. 394 de 20 de Dezembro de 1996.

Freire, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Editora Paz e Terra; Rio de Janeiro – RJ, 1967.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Editora Civilização Brasileira S.A.; Rio de Janeiro – RJ, 1967.

Bazarra, Loudes. Ser Professor e Dirigir Professores em Tempos de Mudança. Loudes Bazarra, Olga Casanova e Jerónimo Ugarte; Tradução: Antonio Efro Feltrin. 2ª edição; Coleção Pedagogia e Educação; Série Formação Continuada; editora Paulinas; São Paulo, 2008.

Freire, José Carlos Serrano; Afinal... Por que Nossos Alunos não Aprendem?; 1ª edição; editora Mahara; Niterói – RJ, 2012.

Paula, Jairo de. "Um dia Sonhei Minha Realidade; JP Editora; 14ª edição; São Paulo, 2003.

GADOTTI, Moacir. Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos. Editora Moderna; São Paulo – SP, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Editora Paz e Terra; 22ª edição; Rio de Janeiro – RJ, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Pág. 43; Editora Civilização Brasileira S.A.; Rio de Janeiro – RJ, 1967.

SEGURA, D. de S. B. Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p